

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



RIO SÃO FRANCISCO

Representante do Vaticano leva carta do Papa para bispo que faz greve de fome

Juliana Andrade e Nelson Motta

Brasília - O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner, já chegou ao município de Cabrobó (PE) e está a caminho da capela São Sebastião, para se encontrar com o bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio. A informação é da assessoria de imprensa da Secretaria de Relações Institucionais. O religioso faz de greve de fome há 11 dias em protesto contra o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional.

O núncio apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, representante do Vaticano no Brasil, acompanha o ministro. Segundo a assessoria, o núncio vai entregar ao bispo uma carta enviada pelo Papa Bento 16. A assessoria não informou qual o teor da carta e disse que Jaques Wagner e Baldisseri devem se reunir com o bispo separadamente.

Ontem (5), em Brasília, o ministro afirmou "que o que o governo está oferecendo ao bispo é o prolongamento do diálogo sobre o tema envolvendo o São Francisco, no sentido de superar dúvidas e questionamentos". Segundo ele, com essas condições, "é possível ver o fim da greve de fome".

Wagner informou que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, está à disposição para esse diálogo, para que todos possam colocar suas ponderações em torno do projeto de integração das águas do Rio São Francisco. De acordo com Wagner, o projeto vem sendo desenvolvido pelo governo há

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



cerca de dois anos. "O presidente reafirma que a alma deste projeto é exatamente a revitalização do rio, com as obras que já vêm sendo feitas".

Durante o encontro em Cabrobó, o ministro deve fazer um convite ao bispo para se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Wagner deve retornar a Brasília no final do dia. 06/10/2005

Jaques Wagner está a caminho de Cabrobó para conversar com bispo de Barra

Nelson Motta

Brasília – O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner, viajou às 7h45 de hoje para o município de Cabrobó (PE), onde deve se encontrar com o bispo Dom Luiz Flávio Cappio. O religioso faz de greve de fome há 11 dias em protesto contra o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional.

O núncio apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, representante do Vaticano no Brasil, acompanha o ministro. A previsão é de que o avião da Força Aérea Brasileira que transporta o ministro chegue a Petrolina às 10h30. De lá ele segue de carro para Cabrobó.

"O que o governo está oferecendo ao bispo é o prolongamento do diálogo sobre o tema envolvendo o São Francisco, no sentido de superar dúvidas e questionamentos", afirmou Wagner ontem (5), ao comentar a viagem. Segundo ele, com essas condições, "é possível ver o fim da greve de fome".

Wagner informou que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, está à disposição para esse diálogo, para que todos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



possam colocar suas ponderações em torno do projeto de integração das águas do Rio São Francisco. De acordo com Wagner, o projeto vem sendo desenvolvido pelo governo há cerca de dois anos. "O presidente reafirma que a alma deste projeto é exatamente a revitalização do rio, com as obras que já vêm sendo feitas".

Durante o encontro em Cabrobó, o ministro deve fazer um convite ao bispo para se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto. Wagner deve voltar ainda hoje para Brasília. 06/10/2005

Jaques Wagner diz que viaja hoje a Cabrobó para se encontrar com bispo que faz greve de fome

Keite Camacho e Stênio Ribeiro

Brasília – O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner, disse hoje (5), após reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que parte para a região de Cabrobó, onde se encontrará com o bispo Dom Luiz Flávio Cappio. O bispo está em greve de fome há dez dias em protesto contra o projeto de Transposição da Bacia do Rio São Francisco.

"O diálogo é possível e é bom que esse diálogo se dê sem que a vida dele esteja sob ameaça", disse Wagner. Ele viaja ainda hoje em busca de um denominador comum, para resolver a questão, com a autorização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em carta escrita a mão ao presidente Lula, o bispo de Barra (oeste da Bahia), manteve a decisão de jejuar até a revogação

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



e arquivamento do atual projeto. O bispo está em uma capela em Cabrobó, Pernambuco, às margens do rio São Francisco.

05/10/2005

Arcebispo da Paraíba defende projeto de integração do Rio São Francisco

Adriana Franzin

Brasília - O arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, defendeu hoje(4) o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. Em nota, ele disse acreditar que o projeto poderá "trazer renda e acabar com a sede de milhares de pessoas carentes tão castigadas com a seca que maltrata a nossa região".

De acordo com dom Pagotto, a greve de fome do bispo Luiz Flávio Cappio, de Barra (BA), que hoje completou nove dias, deve ser vista como um ato pessoal. "O gesto dele não se identifica com a opinião e com a postura de muitos outros bispos brasileiros", afirmou. A favor do projeto, acrescentou, estão quase todos os bispos dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Dom Pagotto disse ainda que foi "mal compreendida" a carta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "A CNBB não assume a posição contrária à transposição do Rio São Francisco".

O papel da Igreja, segundo o arcebispo, não é discutir soluções técnicas, mas propor discussões sobre os impactos antropológicos e as dimensões éticas do projeto. 04/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Wagner diz que vai propor ao bispo diálogo sobre projeto de integração do São Francisco

Ana Paula Marra e Nelson Motta

Brasília - Depois de passar grande parte do dia em contato com representantes da igreja e amigos do bispo de Barra (oeste da Bahia), Dom Luiz Flávio Cappio, o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, anunciou que viaja amanhã (6) de manhã para Cabrobó (PE) para se encontrar com o religioso, que está de greve de fome há 10 dias, em protesto contra o projeto de integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. O Núncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, representante do Vaticano no Brasil, acompanha o ministro na viagem a Cabrobó.

Segundo Wagner, o objetivo da viagem é levar ao bispo uma oferta de diálogo em torno da questão em nome do governo Lula. "O que o governo está oferecendo ao bispo é o prolongamento do diálogo sobre o tema envolvendo o São Francisco, no sentido de superar dúvidas e questionamentos". Segundo o ministro, com essas condições, "é possível ver o fim da greve de fome".

Jaques Wagner informou que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, está à disposição para este diálogo, para que todos possam colocar suas ponderações em torno do projeto de integração das águas do Rio São Francisco. De acordo com Wagner, o projeto vem sendo desenvolvido pelo governo há cerca de dois anos. "O presidente reafirma que a alma deste projeto é exatamente a revitalização do rio, com as obras que já vêm sendo feitas".

Durante o encontro em Cabrobó, o ministro fará um convite ao

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



bispo para que ele venha a Brasília se encontrar com o presidente Lula no Palácio do Planalto. 05/10/2005

Rio São Francisco detém 75% da água disponível no Nordeste, diz coordenador do projeto de integração

Bianca Paiva

Brasília - O Rio São Francisco, descoberto há 502 anos, "detém cerca de 75% da água disponível no Nordeste e a região tem apenas 3% da água disponível do Brasil inteiro", disse hoje (4) Pedro Brito, coordenador geral do projeto de integração do rio às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. "O São Francisco é importante não só para os estados por onde passa, mas também para os estados que vão receber água por meio do projeto", acrescentou.

Em entrevista ao programa Revista Brasil, da Rádio Nacional AM, Brito lembrou que o projeto possibilitará levar água a 12 milhões de nordestinos. "Serão construídos dois canais, aquedutos, túneis e reservatórios. Um canal vai sair perto da cidade de Cabrobó, em Pernambuco, em direção ao Ceará, Rio Grande do Norte e a Paraíba. Esse chamado Eixo Norte tem uma extensão de cerca de 410 quilômetros e será necessária uma elevação de 180 metros para que a água saia da bacia do São Francisco e entre nas bacias desses estados", explicou.

O outro canal, chamado de Eixo Leste, sai da Barragem de Itaparica, em direção a Pernambuco e à Paraíba, segundo Pedro Brito. "São 220 quilômetros aproximadamente e a elevação deverá ser de 300 metros para a água cair na bacia do Rio Paraíba. A água será levada através dos canais e jogada em grandes reservatórios já construídos nos estados, onde mais de 2 mil quilômetros de adutoras a redistribuirão", informou.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



O coordenador disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou como prioritário o projeto de transposição e que já foram investidos cerca de R\$ 100 milhões em obras de revitalização do São Francisco. "O rio sofreu ao longo de 15 anos de mau uso, está degradado, porque foram cortadas praticamente todas as matas ciliares, as que ficam nas margens. E são 250 municípios e e comunidades ribeirinhas que jogam esgoto, poluindo o rio", acrescentou.

Segundo Pedro Brito, o projeto "vai tirar apenas 26 metros cúbicos de água do rio por segundo – é um filete de água se comparado ao mar que é o São Francisco". O rio tem uma vazão média de 2.850 metros cúbicos na foz e o projeto "não trará prejuízo às populações ribeirinhas, como inundações, por exemplo".

A Organização das Nações Unidas (ONU), lembrou o coordenador, determina a existência de uma disponibilidade mínima de mil metros cúbicos de água por habitante/ano. Na região Nordeste, a média é de apenas 450 metros cúbicos por habitante/ano e atualmente está com menos da metade. "Nós vamos criar um rio de 1.700 quilômetros. É um benefício muito importante para uma região que não tem recursos hídricos e não tem como sobreviver quando acontece uma seca", concluiu.
04/10/2005

Governo deve criar Fundo de Revitalização do São Francisco, diz Jacques Wagner

Nelson Motta

Brasília – O governo federal quer aprovar na Câmara dos Deputados, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



criando o Fundo de Revitalização do rio São Francisco, afirmou hoje (4) o ministro Jacques Wagner, da Secretaria de Relações Institucionais.

Segundo a assessoria do ministro, a emenda garantiria R\$ 300 milhões para os próximos dez anos. A emenda de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-PE), já foi aprovada no Senado e hoje está na Comissão Especial da Câmara, cujo o relator é o deputado Fernando Ferro (PT-PE).

A idéia do governo, de acordo com a assessoria do ministro, é pedir urgência na votação da proposta. Jacques Wagner considera, que o governo está sinalizando e dando prioridade também às obras de revitalização do rio São Francisco, mas não espera influir na greve de fome do Frei Luiz Flávio Cappio, bispo da cidade de Barra (BA). Wagner considera que greve é uma questão de fórum íntimo do frei. 04/10/2005

Ato de solidariedade a bispo que faz greve de fome reúne entidades e movimentos sociais em Brasília

Carolina Pimentel

Brasília - Trinta e cinco integrantes de entidades religiosas e movimentos sociais fizeram hoje (4), na Praça dos Três Poderes, um ato de solidariedade ao bispo Luiz Flávio Cappio, que está em greve de fome contra o projeto de integração da Bacia do Rio São Francisco. O ato ocorreu no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebia o presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, na rampa do Palácio do Planalto.

Durante a cerimônia de recepção, o grupo gritava a frase "Dom Cappio e São Francisco". Segundo a representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Irmã Delci

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Franzen, os manifestantes querem que uma comitiva da presidência da República vá negociar com o bispo, que está em Cabrobó (PE). O presidente Lula enviou no último sábado uma carta ao frei por intermédio do assessor da presidência, Selvino Reck.

"Esperamos que o presidente vá com uma proposta clara para conversar com dom Luiz, o que não aconteceu ainda. No nosso entender, o primeiro emissário do presidente não levou uma proposta. Ele só falou que o presidente está disposto a conversar, e dom Luiz está disposto a isso desde o início", disse a Irmã. Ela acrescentou que o grupo não pediu uma audiência com
Lula.

De acordo com a representante, a Igreja não pretende transformar a atitude do bispo em um "ato religioso", mas "político". Ainda segundo ela, dom Luiz Cappio afirmou que não pretende "colocar a corda no pescoço do presidente Lula", mas que Lula colocou a "corda no nosso pescoço quando decidiu iniciar as obras do projeto", sem antes discuti-lo com a sociedade.

Cappio não se alimenta há nove dias e só bebe água do Rio São Francisco. Apesar de ter necessitado de ajuda hoje para subir em um pequeno palco e rezar uma missa, o frei está bem e continua atendendo a população diariamente, conforme relato da representante da CNBB. O religioso afirmou que vai permanecer em jejum até a revogação e arquivamento do atual projeto. Ele é a favor da revitalização do Rio São Francisco.

O presidente Lula afirmou ontem que vai insistir no diálogo para acabar com a greve de fome do religioso. O Palácio do Planalto ainda não se manifestou sobre o envio de uma equipe para conversar com o bispo. 04/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Bispo de Barra passa bem no oitavo dia de greve de fome, diz coordenador da CPT

Keite Camacho

Brasília - O bispo de Barra (oeste da Bahia), Dom Luiz Flávio Cappio, passa bem neste oitavo dia de greve de fome contra o projeto de Transposição da Bacia do Rio São Francisco. A informação é de Rubens Siqueira, da coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Ba) para o projeto de transposição. Siqueira acrescentou que o bispo continuará em jejum até "chegar às mãos dele um documento assinado pelo presidente Lula, revogando e arquivando o atual projeto de transposição".

Este é um dos pontos da carta que o bispo escreveu a mão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O bispo agradece a carta enviada pelo presidente Lula e apóia o que o governo diz que está fazendo pela revitalização do São Francisco. Além disso, mantém a decisão de jejuar até a revogação e arquivamento do projeto e aponta a necessidade de um amplo debate nacional para discutir a revitalização do rio. Só depois disso se trataria da questão da transposição, se é necessária ou não", disse Siqueira.

O bispo está em uma capela em Cabrobó, Pernambuco, às margens do rio São Francisco. De acordo com o coordenador da CPT, Dom Cappio teve a pressão medida e está dentro do normal. "Ele está tranquilo. A região está virando foco de romaria, um santuário. Neste sábado, muitos políticos visitaram o local", afirmou. 03/10/2005

Bispo em greve de fome recebe carta do presidente Lula

Olga Bardawil

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Fortaleza - O bispo de Barra (BA), Dom Frei Luiz Cappio, que entrou no sexto dia da greve de fome contra o projeto de integração do rio São Francisco, recebeu hoje uma carta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entregue pelo assessor da presidência, Selvino Reck.

Segundo o cientista social e porta-voz do religioso, Adriano dos Santos Martins, na carta o presidente Lula teria dito que o governo já está trabalhando na questão da revitalização do rio São Francisco. Depois de ler a carta, Dom Luiz escreveu à mão uma resposta ao presidente Lula, cujo conteúdo não quis divulgar.

Dom Luiz co-celebrou hoje uma missa ao lado do arcebispo de Feira de Santana, Dom Itamar Rian, que foi visitá-lo a pedido do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Cardeal Dom Geraldo Majella.

Segundo o porta-voz do religioso, como a capela é pequena, a missa teve que ser campal devido à quantidade de pessoas que se aglomeravam no local, a maioria pescadores da região, além de índios das tribos truká e tumbalalá. Eles dividiram o espaço diante da capela, às margens do rio, com autoridades que foram levar apoio ao bispo, entre elas, o governador da Bahia, Paulo Souto, e os senadores Teotônio Vilela, César Borges e Heloísa Helena.

Segundo Adriano Martins, Dom Luiz compartilhou a leitura da carta com mais cinco pessoas: o arcebispo de Feira de Santana, Dom Itamar Rian, Ruben Ciqueira, da Pastoral da Terra, Luciana Cury, representante do Ministério Público, e seu sobrinho, Luiz Roberto Cappio Guedes, que é juiz da comarca de Teofilândia (BA). 01/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Íntegra da carta do bispo em greve de fome contra projeto de Integração do rio São Francisco

Brasília - Íntegra da carta de Dom Frei Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra, cidade ribeirinha do rio São Francisco, na Bahia. O religioso iniciou greve de fome na segunda-feira contra o projeto de Integração do Rio São Francisco.

"Uma Vida pela Vida

Declaração

Em nome de Jesus Ressuscitado que vence a morte pela Vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização.
2. Permanecerei em greve de fome, até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição.
3. A greve de fome só será suspensa mediante documento assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, revogando e arquivando o Projeto de Transposição.
4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Exmo. Sr. Presidente, chegue quando já não for mais senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.
5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda minha vida, em Barra, minha querida diocese.

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim."

Barra, Bahia, domingo de Páscoa de 2005

Dom Frei Luiz Flávio Cappio

R.G.: 3.609.650

C.P.F.: 291.828.835-72

"Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho".

Frei Luiz / 29/09/2005

Integração do São Francisco não irá beneficiar população que vive na seca, diz sociólogo

Lourenço Melo

Brasília – "O projeto define que o benefício é para 3% da população do semi-árido nordestino e não 12 milhões de pessoas, como diz o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes", afirma o sociólogo Ruben Siqueira, coordenador do Projeto de Mobilização Popular pela Revitalização da Bacia do São Francisco. Ruben é contrário ao projeto de unificação das bacias.

"Será uma água de altíssimo custo e o rio está condenado por este modelo", diz o sociólogo Ruben Siqueira que trabalha pela causa com a Comissão Pastoral da Terra e Comissão Pastoral dos Pescadores do São Francisco.

Afirma que a proposta acatada pelo governo em relação ao rio "é uma grande mentira, pois é o mesmo projeto que data de 1847 e o governo atual nem mesmo alterou o modelo do

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



governo anterior, de 1999". Segundo ele, o próprio orçamento é o mesmo valor previsto há 6 anos.

Ele entende que o projeto de transposição do Rio São Francisco vai atender a empresas multinacionais que estão tomando conta das terras, outros usando as águas para criação comercial de camarões, fruticultura irrigada. O rio está seriamente comprometido por causa do desmatamento, do assoreamento, da poluição das barragens e da irrigação feita de forma desordenada. O gesto do bispo é o último recurso que temos para tentar reverter esse quadro. Quando a razão se esgota dá lugar à loucura, por isso apoiamos e estamos solidários com ele, que diz "Rio morto, povo morto. Rio vivo, povo vivo".

A Comissão Pastoral da Terra tem uma tradição de 30 anos de trabalho no rio São Francisco e também no nordeste setentrional (o semi-árido nordestino) tentando mobilizar o povo para a conquista de condição de vida sustentável, visando a preservação das condições naturais que são suficientes para uma vida digna no semi-árido.

O semi-árido em termos de solo e de vegetação, água e de luz forma um conjunto da natureza capaz de oferecer ao ser humano condições de Ter uma vida digna, desde que as condições naturais estejam disponíveis ao acesso democrático. Isso não está acontecendo. O direito do trabalhador está sendo transferido para e apropriado pelo capital globalizado.
29/09/2005

Greve de fome coloca tema do São Francisco em evidência, diz porta-voz de frade

Lourenço Melo

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília – A greve de fome iniciada na última segunda-feira (26) pelo frade franciscano Luis Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra, cidade ribeirinha do Rio São Francisco, na Bahia, "está resultando numa movimentação que não conseguimos fazer em oito anos, na luta pela revitalização do Rio", afirma segundo o cientista social Adriano dos Santos Martins, porta-voz do religioso.

O bispo realiza sua manifestação numa pequena capela, onde está morando, na Fazenda Bela Vista, a três quilômetros de Cabrobó, em Pernambuco. Para ele, trata-se de um grito silencioso, uma atitude generosa para com as populações ribeirinhas, que dependem do rio, que procura chamar atenção num momento tão mesquinho da conjuntura nacional. Ele disse que vão chegar à localidade uma caravana com 18 ônibus e muitos carros particulares nos próximos dias.

O governador de Sergipe virá visitar o bispo acompanhado da quase totalidade de prefeitos do estado e várias lideranças. Representantes de todos os estados do Nordeste ligados à Comissão Pastoral da Terra pretendem se deslocar para a cidade no sábado para prestar solidariedade a Dom Luiz. Já aconteceram manifestações de duas aldeias indígenas de apoio ao bispo.

Ontem (28) aconteceu um ato ecumênico na Igreja Batista de Nazaré, em Salvador, e a Igreja Anglicana de Goiás está mobilizada para prestar solidariedade. O comitê de defesa do Rio São Francisco promete realizar vigílias em frente às sedes do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não Renováveis) em vários estados brasileiros de 3 a 4 de outubro. 29/09/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Ciro Gomes fala da integração do São Francisco em fórum para servidores da Presidência

Juliana Andrade

Brasília - O volume de água doce disponível por ano para cada habitante do Nordeste Setentrional – área que será atendida pelo projeto de integração do Rio São Francisco - é de 450 metros cúbicos. Esse valor equivale a menos de um terço da quantidade mínima definida pela Organização das Nações Unidas para suprir as necessidades humanas, que é de 1,5 mil metros cúbicos.

Os números foram apresentados pelo ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, no 15º Fórum do Planalto, evento promovido pela Casa Civil, para servidores públicos da Presidência.

"Os destinatários do projeto têm uma vida mais hostil do que a vida sofrida dos brasileiros que estão nas outras regiões do Nordeste", disse o ministro. **Ciro Gomes** disse que o projeto de integração do São Francisco é o mais seguro de todas as experiências já realizadas no mundo. A expectativa do governo federal é que as obras beneficiem cerca de 12 milhões de pessoas que são atingidas com a seca no Semi-Árido nordestino. 29/09/2005

Governo já tomou todas as providências técnicas para início da integração do São Francisco, diz **Ciro**

Juliana Andrade

Brasília - O ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, afirmou hoje (29) que o governo já tomou todas as providências

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



técnicas para o início das obras de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional - composto pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

"As providências orçamentárias, as providências das parcerias estratégicas, como o convênio com a engenharia do exército, está tudo pronto", disse o ministro, após participar do no 15º Fórum do Planalto, evento promovido pela Casa Civil, para servidores públicos da Presidência da República.

O início da obras depende de licença do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Na terça-feira (27), o diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz Júnior, afirmou que a liberação deve sair na próxima semana.

"Assim que a equipe técnica concluir que estão dadas as condições para a emissão dessa licença, nós passaremos aí para o início das obras e o acompanhamento das obras por parte do Ibama", explicou o diretor, durante audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Durante o evento no Palácio do Planalto, o ministro Ciro Gomes lembrou que a revitalização do Rio São Francisco está em andamento. "O projeto de revitalização já está em execução, nós temos iniciativas em mais de 40 comunidades", contou. O ministro citou o exemplo da reposição das matas ciliares ao longo do rio, que, com o passar dos anos, havia perdido 95% dessa vegetação.

Segundo o ministro, neste ano serão investidos R\$ 100 milhões na revitalização do São Francisco, que levará 20 anos para ser

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



executada. E, para o ano que vem, esse valor deve chegar a R\$ 300 milhões. "No último ano do governo que nos antecedeu, o programa de revitalização era uma rubrica orçamentária de um ano apenas, com R\$ 2 milhões previstos", observou. 29/09/2005

CNBB pede a Lula adiamento das obras de integração do São Francisco

Lílian de Macedo

Brasília - O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella, enviou hoje (28) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva carta em que pede o adiamento das obras de integração do rio São Francisco. A entidade defende que sejam realizadas consultas públicas para informar a população sobre o tema, além da revitalização do rio.

"Nós apelamos para o presidente Lula. Fizemos uma carta em que dizemos da necessidade da revitalização e da consulta pública. Por isso, pedimos para adiaem as obras", explica. Majella afirma que é "urgente a necessidade de revitalizar o rio".

O vice-presidente da entidade, dom Antônio de Queirós, também defende a revitalização. "As matas ciliares das regiões por onde estas águas passam estão destruídas, assim como a fauna e a flora. O saneamento também é fundamental, já que o esgoto de todas as cidades ribeirinhas deságuam no São Francisco", acrescenta.

Outros membros da Igreja também se manifestam sobre este tema. Na segunda-feira (26), o bispo dom Luis Flávio Cappio

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



iniciou uma greve de fome para protestar contra o projeto do governo de transposição das águas do rio São Francisco.

Em agosto, o coordenador do projeto de integração do São Francisco, Pedro Brito, disse que, após a concessão da licença ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as obras poderão ser iniciadas, mesmo sem o término dos processos licitatórios.

Estava marcada para hoje a votação na Câmara dos Deputados do projeto que institui um fundo de revitalização do Rio São Francisco, que prevê a fixação de recursos para a recuperação da erosão, melhoria da qualidade da água, recuperação de matas ciliares e nascentes, tratamento de água e esgoto da população que vive ao longo do rio, monitoramento ambiental e planos de ação para uso do rio para fins de lazer e turismo.

28/09/2005

Presidente da CNBB diz que não pôde impedir protesto de bispo contra integração do São Francisco

Lílian de Macedo

Brasília – O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Majella, justificou que nada pôde fazer para impedir a greve de fome do bispo da Barra (BA), dom Luis Flávio Cappio, que protesta contra a integração do Rio São Francisco. "A CNBB respeita a decisão do bispo Luis Flávio. Não pudemos impedir esse ato, a não ser através de conselhos e orações. Não fomos avisados com antecedência", relatou.

Dom Geraldo Majella afirma também que a sociedade brasileira ainda não foi plenamente esclarecida sobre o projeto de transposição. "Não basta dizer que, após a barragem de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Sobradinho [Bahia], as águas serão distribuídas. A sociedade em geral não foi bem esclarecida e não pôde participar das decisões", argumentou.

A greve de fome de dom Luis Flávio Cappio começou ao meio-dia da segunda-feira (26) em Cabrobró (PE). Com a integração do São Francisco, essa região será um dos locais onde barragens serão construídas. 28/09/2005

Greve de fome de religioso contra integração do São Francisco já dura três dias

Juliana Andrade

Brasília – Já dura quase três dias a greve de fome do bispo de Barra (BA), Dom Luís Flávio Cappio, em protesto contra a integração do Rio São Francisco. Segundo o representante da Comissão Pastoral da Terra em Salvador, Ruben Siqueira, desde o meio-dia de segunda-feira (26), o padre só consome água.

Siqueira disse que, até ontem (28) à noite, quando recebeu as últimas notícias sobre o estado de Cappio, o religioso estava "consciente e sereno". "Ontem ele sentiu a primeira tontura, um sinal de que o organismo se adaptou à falta de alimento e começa a consumir as reservas de energia", contou Siqueira, que coordena o Projeto São Francisco, desenvolvido pela CPT em parceria com a Comissão Pastoral dos Pescadores.

De acordo com Siqueira, Dom Luís Flávio Cappio continuará a greve de fome até que o governo federal reveja a decisão de executar o projeto de integração do São Francisco. O representante da CPT informou que o padre está na Capela São Sebastião, a cerca de três quilômetros de Cabrobó (PE),

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



município próximo a um dos locais onde barragens serão construídas. 29/09/2005

TCU fiscalizará aspectos técnicos da obra São Francisco, diz presidente do tribunal

Juliana Andrade

Brasília – O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, disse que o órgão vai fiscalizar as ações para a integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional sob o aspecto técnico, e não político. Motta participou hoje (11) de debate sobre os aspectos jurídicos e técnicos relacionados ao projeto, realizado no auditório do TCU.

"Nós vamos exercer nosso papel de fiscalizar a obra desde a sua concepção original, até a licitação, e depois o acompanhamento da obra em si. Não nos cabe qualquer posição sob o aspecto político, a favor ou contra a obra, nós vamos expor o que tecnicamente vamos fazer dentro das atribuições do tribunal", afirmou o ministro.

Pelos cálculos do governo federal, a obra deve custar R\$ 4,5 bilhões. Adylson Motta destacou que o TCU tem a obrigação de zelar pelos recursos públicos. "A obra precisa ter acompanhamento, pela sua importância e pelo volume de recursos que serão empregados". Segundo ele, "não basta que tudo seja feito dentro da legalidade, também tem que ver se a obra realmente vai trazer os proveitos que se espera, se haverá uma vantagem na relação entre custo e benefício".

O coordenador do projeto de Integração do rio São Francisco, Pedro Brito, que também participou do debate, destacou que a

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



obra garantirá o abastecimento de água para 12 milhões de pessoas que vivem nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Promovido pelo TCU, o debate sobre o plano de integração do rio São Francisco faz parte do projeto Diálogo Público, que tem o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a função de controle do Estado e estimular a participação social. 11/08/2005

Relator considera 20 anos tempo suficiente para concluir revitalização do São Francisco

Lana Cristina

Brasília - O Fundo de Revitalização do Rio São Francisco terá vigência de 20 anos. Para o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o fundo, deputado Fernando Ferro (PT-PE), esse prazo é suficiente para concluir ações de recuperação da erosão, melhoria da qualidade da água, recuperação de matas ciliares e nascentes, tratamento de água e esgoto da população que vive ao longo do rio, monitoramento ambiental e planos de ação para uso do rio para fins de lazer e turismo. "A experiência britânica com o rio Tâmis foi de 20 anos. Acredito que esse prazo atende às expectativas", avaliou Ferro.

O deputado acredita que, após aprovação na Comissão Especial da Câmara criada para examinar a PEC, a matéria terá tramitação rápida em plenário. "Porque é matéria de urgência", justificou. Fernando Ferro destacou que só com o fundo haverá regularidade no financiamento das ações de revitalização da bacia do São Francisco. "Será uma fonte contínua, não vulnerável a mudanças de governo e descontinuidade", definiu.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



O Ministério do Meio Ambiente desenvolve desde 2004 o Programa de Revitalização da bacia do São Francisco. No primeiro ano, foram investidos R\$ 17 milhões e, para este ano, estão previstos recursos da ordem de R\$ 88 milhões. As nascentes do rio São Francisco e de seus principais formadores estão nos planaltos de Minas Gerais. O rio desemboca entre Sergipe e Alagoas e tem uma extensão de 2.800 quilômetros. A bacia hidrográfica do rio tem 640 mil quilômetros quadrados e abrange os estados de Goiás, Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, além do Distrito Federal.

A bacia do Velho Chico atinge 504 municípios e cerca de 14 milhões de habitantes. A degradação do rio se deve, principalmente, à industrialização - mais intensa na região metropolitana de Belo Horizonte; ao desmatamento - para dar espaço ao plantio agrícola e à pecuária; e ao uso do rio para abastecimento de água potável e para o despejo de esgoto. Estima-se que mais de 95% do volume de esgoto sejam lançados sem tratamento nos rios que formam a bacia.
23/09/2005

Comissão da Câmara deve votar dia 28 proposta de criação do Fundo de Revitalização do São Francisco

Lana Cristina

Brasília - A Comissão Especial da Câmara dos Deputados, criada para dar parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Fundo de Revitalização do Rio São Francisco deve votar a matéria na próxima quarta-feira (28). O relator da PEC, deputado Fernando Ferro (PT-PE), se disse confiante no consenso para aprovação da proposta. "Mesmo quem é contrário ao projeto de integração de bacias, como os

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



deputados da Bahia, Sergipe e Alagoas, que são estados doadores, concorda que o rio deve ser recuperado e que, para isso, os recursos têm que estar garantidos", explicou.

Fernando Ferro apresentou nesta semana o relatório pela aprovação da emenda à Comissão Especial. O deputado sugere a mudança da fonte dos recursos que formarão o fundo constitucional. Pela proposta que veio do Senado, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), o fundo seria constituído por 0,5% da arrecadação de impostos federais, administrados pela União. "A Fazenda argumentou que não poderia dispor desse montante", disse o relator.

O substitutivo de Fernando Ferro prevê que o fundo será formado por 0,2% da arrecadação federal e 10% dos royalties do setor elétrico pagos como compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos na geração de energia elétrica. Ou seja, do total pago pelas empresas do setor pelo direito ao uso da água, 10% serão destinados para o fundo. O deputado acredita que, com essa composição, o fundo poderia dispor de R\$ 250 milhões anuais para custear as ações de revitalização do rio São Francisco.

Hoje, 90% dos royalties são distribuídos, igualmente, entre estados e municípios atingidos por barragens. Fernando Ferro não vê problemas na redução desse repasse para estados e municípios, já que o dinheiro dos royalties da energia elétrica produzida por barragens entra na conta única do município e não existe uma obrigação legal para que os recursos sejam investidos na recuperação de matas ciliares, tratamento de água e esgoto canalizados para seus rios, entre outras ações de redução dos impactos ambientais.

Recentemente, o deputado pediu ao Tribunal de Contas da

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



União (TCU) informações sobre como tem sido usado o dinheiro dos royalties da energia elétrica gerada por barragens, nos municípios e estados. "Sei que só 25% dos municípios atingidos por barragens têm tratamento de esgoto e 15% deles tratam a água", contou Fernando Ferro. 23/09/2005

TCU aponta falhas nos editais de licitação do projeto do São Francisco

Karina Cardoso

Brasília - O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamim Zymler, afirmou que existem falhas nos editais de licitação do projeto para a integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. Ele disse que o Ministério da Integração Nacional já está tomando providências para superar os problemas.

"Recebi ontem (10) uma carta do ministro Ciro Gomes, que disse que toda as falhas apontadas pelo TCU serão corrigidas para a confecção de novos editais de licitação. Isso diz respeito às questões técnicas e jurídicas e aos problemas nos editais", explicou. Para o ministro, as irregularidades encontradas são decorrentes da complexidade do projeto.

Benjamim Zymler afirmou que os detalhes dos problemas verificados pelo TCU ainda não podem ser divulgados, mas garantiu que os mais importantes referem-se à licença ambiental, às questões hidrológicas e de concepção do projeto. As questões técnicas e de licitação, segundo ele, são as mais fáceis de serem resolvidas. 11/08/2005

Coordenador do projeto do São Francisco diz que obra pode começar assim que sair licença ambiental

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Juliana Andrade

Brasília - O coordenador do projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, Pedro Brito, disse que, após a concessão da licença ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as obras poderão ser iniciadas, mesmo sem o término dos processos licitatórios.

"Já estamos programando para iniciar as obras no próximo mês de setembro, depois da licença de implantação do Ibama, com o Batalhão de Engenharia do Exército, porque, neste caso, a gente não precisa de licitação. O Batalhão de Engenharia pode começar imediatamente, logo depois que o Ibama dê a licença de implantação", assegurou Brito, chefe de gabinete do Ministério da Integração Nacional.

Pedro Brito explicou que a função do Exército será "fazer os canais de aproximação e as primeiras barragens". Segundo ele, a expectativa é que até o final do ano seja possível "iniciar as obras já com o resultado da licitação". Brito informou que o ministério realizou duas licitações: a primeira para escolher a empresa gerenciadora do projeto e a outra para a compra de 18 bombas que serão usadas na integração do São Francisco.

Outros dois processos licitatórios estão em andamento e devem terminar no dia 15 de setembro, informou o coordenador. Ele também afirmou que a integração do rio São Francisco vai beneficiar cerca de 12 milhões de pessoas que sofrem com o problema da seca no Nordeste. "É um drama social sem paralelo no mundo, e a responsabilidade política do presidente Lula fez com que ele tomasse essa decisão importante para o país, com resultados econômicos e sociais e sem agredir o meio

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



ambiente".

Pedro Brito participou hoje (11) de debate sobre os aspectos jurídicos e técnicos relacionados ao projeto, no Tribunal de Contas da União (TCU). 11/08/2005

Ibama pode conceder em setembro licenciamento ambiental a projeto de integração do São Francisco

Juliana Andrade

Brasília – O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) poderá conceder em setembro o licenciamento ambiental necessário para o início das obras do projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. A informação é do diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, Luiz Felipe Kunz.

Segundo Kunz, os técnicos do Ibama estão na fase de análise do plano básico ambiental, que é a etapa "de detalhamento dos programas previstos no estudo de impacto ambiental". "Ainda não recebemos todos os estudos - o Ministério da Integração Nacional entregou quase todos que foram solicitados. Na medida em que forem entregues, talvez em setembro tenhamos condição de fechar a análise, fechar o parecer sobre a adequação desse programa básico ambiental, o que permitiria, caso estejam adequados, a concessão da licença de instalação", informou Kunz.

De acordo com ele, o Ibama já analisou a obra sob o aspecto da viabilidade ambiental e concedeu a chamada licença prévia. "Esse parecer já existe, a obra foi considerável viável pela equipe técnica do Ibama, e agora nós estamos trabalhando

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



nessa adequação do detalhamento de todos os programas que vão ser executados para a obra". 11/08/2005

Ciro Gomes volta a afirmar que integração do São Francisco não trará prejuízo à população

Juliana Andrade

Brasília - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, reiterou que a implantação do projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional não trará nenhum prejuízo à população brasileira. "É possível afirmar, com muita segurança, que ele (o projeto), ao beneficiar imediatamente, de forma revolucionária 12 milhões de nordestinos - nenhum outro projeto tem esse impacto - não prejudicará nenhum único brasileiro, qualquer que seja o lugar onde more, qualquer que seja o seu ângulo de preocupação".

Segundo o ministro, as obras podem ter início ainda neste ano. "Vencidas as etapas naturais que agora são as últimas - os prazos de licitação estão correndo - é possível iniciar ainda este ano", afirmou. Ciro Gomes participou hoje (11) de debate sobre os aspectos jurídicos e técnicos do projeto, no Tribunal de Contas da União (TCU).

O ministro lembrou que há estudos técnicos mostrando que a integração não causará danos aos moradores da região. "Isso está bem seguro com números. É evidente que a gente compreende as paixões. Há envolvidos interesses políticos, interesses legítimos, interesses escusos, mas nós vamos tangendo, porque agora há um critério científico, técnico, com números, que podem nos esclarecer as coisas".

As obras envolvem R\$ 4,5 bilhões do governo federal, dos quais

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



R\$ 632 milhões para serem investidos ainda este ano, informou Ciro Gomes. Segundo ele, os recursos estão assegurados. Ao comparar o projeto a outras iniciativas, ele disse que se trata da menor de todas as experiências mundiais. "Enquanto se transpõem, por exemplo, 98% da Bacia do Piracicaba, para abastecer São Paulo, enquanto se transpõem 80% da vazão no Paraíba do Sul para abastecer o Rio de Janeiro, a transposição do São Francisco não chega a 2% da vazão".

De acordo com o ministro, o plano sobre o São Francisco também é o mais seguro. "O ponto de captação está num ponto onde o rio é perenizado artificialmente, entre (as barragens) de Sobradinho e Itaparica. Então, não é a natureza que diz quanta água passa ali, são as torneiras da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco)", explicou. "Não tem nenhum impacto na foz, porque a água que chega ali é aquela que a cascata de barragens da Chesf administra e o ponto de captação, por segurança, vai ser feito entre essas duas barragens", reforçou.

Ciro Gomes destacou que a revitalização do São Francisco está sendo feita paralelamente ao trabalho para a integração do rio às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. 11/08/2005

Interesse de empresas pode reduzir custos da integração do Rio São Francisco, diz coordenador

Juliana César Nunes

Brasília - O Ministério da Integração Nacional se diz otimista com a possibilidade de reduzir custos no processo de licitação para as obras de integração da bacia do Rio São Francisco com outras bacias nordestinas. Em entrevista ao programa Revista Brasil, da Rádio Nacional AM, o chefe-de-gabinete do ministério e coordenador do projeto, Pedro Brito, afirmou que o interesse

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



das empresas em participar nas obras é significativo e pode representar uma concorrência saudável.

"Já foram adquiridos 126 editais, o que revela o interesse do mercado na obra. Com essa concorrência, poderemos obter preços bastante reduzidos em relação ao mercado como um todo", disse Brito, que espera para logo após a concessão de licença do Ibama – prevista para os próximos 30 dias – o início das obras sob a responsabilidade do Exército.

Os militares estão encarregados de construir 7,5 quilômetros de canais para interligar o rio às duas futuras estações de bombeamento de água: uma delas na região de Cabrobó (PE) e a outra, nas proximidades da barragem de Itaparica. As empresas entrarão em um segundo momento, construindo estações de bombeamento de água e canais que vão levar a água do São Francisco para açudes como Castanhão (CE), Armando Ribeiro Gonçalves (RN), Entremontes (PE) e Boqueirão (PB).

Dois editais de licitação para o projeto foram publicados recentemente e a abertura de propostas das empresas está marcada para o dia 26 de agosto. A data inicial de abertura de propostas era 28 de julho, mas, segundo o coordenador do projeto, foi necessário adiar esse prazo para ampliar a possibilidade de participação. "Recebemos pedidos de pequenas e médias empresas argumentando que precisavam de mais tempo para preparar as suas propostas", conta Pedro Brito, explicando que a obra está dividida em 14 lotes: "Nós poderemos ter 14 empresas, ou até muito mais, porque é possível formar consórcios com um número ilimitado de empresas."

Por iniciativa do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes,

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



toda a documentação referente à licitação do projeto de integração do São Francisco tem sido submetida previamente ao Tribunal de Contas da União. Em comunicação do dia 6 de julho ao plenário do tribunal, o ministro Benjamin Zymler afirma que os técnicos encontraram o que ele considera "irregularidades graves" nos editais de licitação do projeto. Diante do adiamento da abertura de propostas, anunciado um dia antes, Zymler recomendou "correções" e não suspendeu a licitação.

O projeto no São Francisco envolve investimentos federais de R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 630 milhões ainda neste ano. Pelos cálculos do ministério da Integração Nacional, cerca de 15 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas pela integração. A água, levada por canais de concreto nos eixos norte e leste, deverá ser usada prioritariamente para consumo humano. Caberá ao gestor do sistema avaliar a possibilidade de liberação da água para agricultores e industriais. 27/07/2005

Mudanças na integração do São Francisco garantem que não haverá prejudicados com projeto, diz Ciro

Olga Bardawil

Fortaleza - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, apresentou hoje (18) na 57ª Reunião da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC) o projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Ciro disse estar seguro de que "o projeto chegou num ponto em que é possível dizer que 12 milhões de pessoas serão beneficiadas no Nordeste sem que nenhum brasileiro sequer seja prejudicado".

Ele disse que, para isso, o projeto original foi modificado. O objetivo foi o de reduzir a vazão do rio a ser utilizada no plano

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



(360m³/s, anteriormente, para algo em torno de 26m³/s, na versão atual). Segundo ele, o primeiro patamar era "inviável", mas o atual representará a cessão de apenas 1,4% do total da água do rio.

Ciro Gomes negou que a integração das bacias vá agravar os problemas de degradação do rio, que, segundo ele, está "ferrado, mas não por causa do projeto, que ainda nem está pronto, mas sim por um modelo adotado pelos governos anteriores. E a chance que o rio tem de revitalização depende da centralidade da discussão".

Segundo o ministro, até meados de 2007, a primeira etapa do projeto, que garante o abastecimento nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, estará concluída. Ele garantiu que há recursos para isso, explicando que, dos R\$ 4,5 bilhões previstos para o projeto, cerca de R\$ 620 milhões já foram contratados ou estão em execução.

Durante sua exposição, **Ciro Gomes** disse que a reação contrária ao projeto por parte de alguns setores "deriva da desinformação, outra parte de problemas graves que o rio experimenta em função de um passado de descuido. Temos que ter clareza de que o rio está machucado e que precisa de um programa consistente de revitalização". 18/07/2005

Exército aguarda licença do Ibama para iniciar obras de integração do Rio São Francisco

Juliana César Nunes

Brasília - O chefe de gabinete do Ministério da Integração, Pedro Brito, prevê para os próximos 30 dias o início das obras de integração da bacia do Rio São Francisco com outras bacias

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



nordestinas. Em entrevista ao programa Revista Brasil, da Rádio Nacional AM, Brito afirmou que as primeiras obras serão feitas pelo Exército. Para isso, o ministério aguarda do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) a licença de implantação. Há dois meses, o órgão emitiu uma licença prévia que descarta o risco de a integração das bacias trazer prejuízos ambientais significativos.

"Vamos entregar essa semana ao Ibama o plano básico ambiental, composto de 41 programas. A gente imagina que no máximo dentro de um mês o Ibama possa emitir a licença de implantação, e o Exército comece a trabalhar imediatamente", contou Pedro Brito, que além de chefe de gabinete do ministério, é coordenador do projeto de integração.

De acordo com o Centro de Comunicação Social do Exército, um convênio no valor de R\$ 92 milhões, firmado entre os ministérios da Integração e da Defesa, permitirá que os militares construam os canais de captação de água. Serão 7,5 quilômetros de canais para interligar o rio às duas futuras estações de bombeamento de água: uma delas na região de Cabrobó (PE) e a outra, nas proximidades da barragem de Itaparica.

Quatro batalhões sediados no Nordeste estarão envolvidos nas obras iniciais, coordenados pelo 1º Grupamento de Engenharia de Construção de João Pessoa (PB). Os militares pretendem aproveitar a experiência acumulada pela corporação, que há mais de um século atua na construção de açudes, estradas, pontes, ferrovias e poços nos estados nordestinos.

"O Batalhão de Engenharia já está inclusive na área, pronto para dar início às obras", contou o chefe de gabinete do Ministério da Integração. Pedro Brito esclareceu que o Exército

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



não depende de licitação para iniciar as obras, como é o caso das empresas. A abertura das propostas de empresas interessadas em participar do projeto, por meio de licitação, estava prevista para amanhã (28), mas foi adiada para 26 de agosto. 27/07/2005

Prazo final para empresas participarem da licitação das obras do Rio São Francisco foi adiado

Stênio Ribeiro

Brasília – O prazo para as empresas concorrerem ao processo de licitação do projeto de integração do Rio São Francisco foi adiado da próxima semana para o mês de agosto, conforme avisos do Ministério da Integração Nacional publicados no Diário Oficial da União (DOU) de hoje (22).

As 130 empresas que se interessaram pelos editais ganham prazo até 23 de agosto para apresentar propostas para "serviços de consultoria especializada para supervisão, acompanhamento técnico e controle tecnológico das obras civis".

Também adia para o dia 26 de agosto o prazo para apresentação de propostas de "execução das obras civis, instalação, montagem, testes e comissionamento dos equipamentos mecânicos e elétricos" da primeira etapa de construção dos canais que vão levar água do rio São Francisco para o semi-árido nordestino.

O Projeto São Francisco estima investimentos em torno de R\$ 4 bilhões para construir os eixos Norte, a partir de Cabrobó (PE), e Leste, com início na barragem de Itaparica. Ambos abaixo da barragem de Sobradinho, na Bahia. Outros investimentos serão

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



necessários para distribuição da água às populações, com recursos próprios dos estados.

O objetivo é perenizar os rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó e Brígida (PE). Ação que vai beneficiar 12 milhões de pessoas dos estados diretamente servidos pelas águas do rio São Francisco.

Além disso, o governo federal também já desapropriou as faixas laterais de terras por onde passarão os dois canais, e reservou estoque de 350 mil hectares de áreas para projetos de assentamento para agricultura familiar. Áreas hoje improdutivas que, com ajuda da irrigação, serão integradas ao processo de produção nacional. 22/07/2005

Governo de Sergipe pretende ir à Justiça contra integração do São Francisco

Juliana Andrade

Brasília – O governo de Sergipe vai entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra o projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. A informação é do governador do estado, João Alves Filho, que participou hoje (11) de debate sobre os aspectos jurídicos e técnicos relacionados ao projeto, realizado no Tribunal de Contas da União (TCU).

"Estaremos entrando com uma ação no Supremo, estamos prontos para entrar. Mas eu confio muito na seriedade, na competência, no espírito público e no conhecimento profundo das leis por parte do Tribunal de Contas da União. A nossa esperança é que realmente o projeto tenha fim aqui", acrescentou.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Para o governador, a implantação do projeto prejudicará principalmente a população de Sergipe e de Alagoas, dois dos estados doadores, ou seja, pelos quais o rio São Francisco passa. "Se essa tragédia vier a acontecer – claro que estamos lutando para isso não ocorrer – Sergipe e Alagoas ficarão com grande parte de seu território inabitável, porque não terá água."

No entendimento de João Alves, o plano contraria leis ambientais. "É bom lembrar que o rio São Francisco hoje está na UTI", contou. Ele disse que, se o projeto de integração for implementado, basicamente beneficiará criadores de camarão e será usado para irrigação. "É preciso dizer que ele não serve para o consumo de água humano e animal", afirmou. "Se fosse para dar água, não estaríamos contra, porque nós, nordestinos, não negamos um copo de água nem aos nossos inimigos, como é que iríamos negar água aos nossos irmãos?"

O governador também criticou o custo do projeto, que envolve investimentos federais previstos de R\$ 4,5 bilhões. "Há soluções inicialmente bem mais baratas do que a transposição, que, neste primeiro momento, se revela inadequada", comenta.

Segundo o coordenador do projeto de integração do São Francisco, Pedro Brito, chefe-de-gabinete do Ministério da Integração Nacional, o investimento é muito pequeno em vista dos benefícios que trará: "É um projeto ambientalmente sustentável, que, do ponto de vista social, trará resultados espetaculares para a sociedade brasileira com um todo, porque nós vamos beneficiar diretamente 12 milhões de nordestinos que sofrem há décadas com o problema da seca sem nenhuma solução estruturante como esse projeto está prevendo".

O coordenador afirmou ainda que a integração do São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



também vai reduzir o êxodo rural na região, "que é violento a cada período de seca". 11/08/2005

Exército poderá participar da integração do Rio São Francisco, diz Ciro Gomes

Cristina Índio do Brasil

Rio – O Exército poderá auxiliar na execução do projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco, segundo o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ele disse que está negociando a participação dos militares e que essa parceria já mostrou bons resultados em outras áreas. Como exemplo, lembrou a seca do nordeste que aconteceu no primeiro ano do governo Lula, quando o Exército atuou na administração de carros pipa.

"Foi 100% impecável. Além de fazer o atendimento, o Exército nos ajudou a marcar as rotas com GPS. Hoje temos um mapa com todas as rotas dos carros, porque aí vamos perfurando poços e fazendo uma pequena adutora, para que no ano que vem, gradualmente, vá acabando com essa excrescência, que é o carro pipa".

Em entrevista à Rádio Nacional do Rio, Ciro informou que com autorização do presidente Lula chamou o Exército para realizar ações junto a populações indígenas de Cabrobó, em Pernambuco. Os militares começam na próxima semana uma série de obras que faziam parte de antigas reivindicações.

O ministro disse que teve um contato com essas populações e elas elaboraram uma agenda. Eles pediram, então, que as reivindicações fossem incluídas como medidas do Programa de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Revitalização do São Francisco, que desenvolve projetos para a recuperação de áreas próximas ao rio.

"O Campo da Revitalização é para isso. Então fizemos com eles a agenda e o Exército vai entrar para executar. São 200 casas, uma estrada para escoar a produção de arroz e até um centro cultural comunitário, que vamos fazer também". 24/06/2005

Licitação para integração do São Francisco deverá oferecer 14 lotes simultâneos

Cristina Índio do Brasil

Rio - A licitação da obra do Programa de Integração do São Francisco deve oferecer 14 lotes simultâneos para as empresas ou consórcios que se formarem para participar da construção. A informação é do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ele disse que os interessados em participar devem retirar, no ministério, o edital para a obra, que vai contar com estações elevatórias e dois canais. Juntos eles somam 720 quilômetros.

"Vão ganhar quaisquer que sejam aquelas empresas ou consórcios que oferecerem o menor preço com a segurança de que têm condição, boa técnica para executar a obra", adiantou. O ministro informou que esse processo será concluído no dia 14 de julho e que o custo da obra será de R\$ 4,5 bilhões.

Ciro Gomes estima que o governo vai investir ainda mais R\$ 5 bilhões na realização do Projeto de Revitalização do São Francisco, que já está sendo executado. Ele informou que R\$ 621 milhões já foram contratados desse total de recursos. O dinheiro está sendo aplicado nas primeiras 21 cidades das 250 que serão atendidas.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



"Não aceleramos mais, porque não há projetos. Estamos correndo com os projetos que são complexos. Cada cidade tem uma topografia diferente, tem que fazer a rede de esgoto. Estamos pagando esses projetos todos e aqueles que já entraram na linha do financiamento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O Ministério das Cidades está apoiando, e o Programa de Reposição de Mata Ciliar já tem os primeiros canteiros de mudas", disse ele.

O projeto trata de saneamento básico ambiental, destino final de lixo, reposição de mata ciliar e apoio a atividades produtivas das populações ribeirinhas que perderam o retorno econômico com a falta de navegabilidade do rio. "Hoje já existe um projeto completo, e todos os aspectos ambientais, que eram levemente discutidos, agora estão sendo discutidos em base sólida. Estamos seguros de que o impacto ambiental é extremamente bem sucedido pelo impacto que essa água bem manejada vai provocar", completou o ministro. 24/06/2005

Ministro diz que integração do São Francisco não acabará com a seca, mas reduzirá o problema

Cristina Índio do Brasil

Rio - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, disse hoje (24) que o Programa de Integração das Bacias do São Francisco não vai acabar com a seca na região, mas vai reduzir o problema enfrentado pelas populações do sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará, e parte do Piauí.

"O projeto vai garantir disponibilidade mínima de 1.500 metros cúbicos de água por habitante por ano em todo o nordeste setentrional, objeto da influência do rio. Ele não vai resolver

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



todo o problema, mas 45 % da população, que hoje tem essa precariedade, quer dizer, quase a metade, vai ter solucionado isso", afirmou.

Segundo o ministro, o governo vem enfrentando problemas na região porque está atacando a estrutura de uso de carros-pipa. "Uma parte das reações é pura safadeza, porque tem muita estrutura política antiga, viciada e coronelesca, que vive dessa realidade", disse Ciro Gomes. Ele ressaltou que, se o cidadão não tem para comer e beber, vai precisar de um carro-pipa, que é contratado por um político "na tradição viciada do passado".

De acordo com o ministro, "naquela casa em que o cidadão entregar a alma, haverá água ruim, de má qualidade e precária, mas o outro, que não reza na cartilha, pode ser sujeito a não ter água. Hoje isso já mudou porque quem faz a entrega de carros-pipa é o Exército. Com isso, há uma mudança. A gente enfrenta reações tremendas", disse ele.

O ministro ressaltou que o governo teve o cuidado de impedir a especulação que poderia surgir com a valorização das terras próximas aos canais. Por isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou área de utilidade pública para desapropriação e para fazer uma fronteira de reforma agrária, a faixa de 2,5 quilômetros para cada lado dos canais. "Vamos atacar o problema da miséria da seca com água, mas vamos influir também na estrutura fundiária", destacou.

Segundo o ministro, o presidente Lula quer uma solução estrutural para o problema e determinou um estudo apurado, por isso, a elaboração do projeto consumiu dois anos e meio de avaliações e discussões com diversos setores. Ele disse que, durante todo o processo, o projeto recebeu uma série de críticas, mas observou que as resistências se concentram

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



atualmente em Sergipe. Para ele, nesse estado, falta esclarecer mais a população sobre os efeitos do programa. 24/06/2005

Obras do São Francisco devem começar em agosto, diz Ciro Gomes

Cristina Índio do Brasil

Rio - As obras de integração das bacias do rio São Francisco devem começar em agosto, de acordo com o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**. Em entrevista à Rádio Nacional do Rio, o ministro ponderou, no entanto, que há algumas variáveis, como a construção de bombas e o término de licitações, que podem alterar esse prazo.

"É possível, sem maiores incidentes, que a gente inicie essa obra em agosto", disse. **Ciro Gomes** informou que o projeto já conta com licenciamento e foi feita a licitação para a compra do conjunto de bombas que serão utilizadas. O ministro explicou que, como são muito específicas, precisaram ser encomendadas, e sua fabricação ser acompanhada por técnicos do governo.

Atendendo a uma orientação do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, o contrato de fabricação das bombas incluiu uma cláusula de nacionalização. "Para poder gerar empregos na construção e na metal mecânica do sudeste. Esse é um projeto impressionante e há consequência dele em vários setores", afirmou.

Ciro Gomes acrescentou que a licitação da gestão também já foi feita e a das obras está no mercado. "Estamos com a licitação das obras nas ruas. A última informação que tive é que há 111 editais comprados. É também um impacto impressionante dos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



empregos na região". Segundo o ministro o prazo para a compra dos editais termina no dia 14 de julho.

Ciro Gomes disse que o custo da obra, que deve ficar concluída em 24 meses, será de R\$ 4,5 bilhões. "Mas acho que vou conseguir fazer por menos", avaliou. 24/06/2005

Em nota, *Ciro repudia denúncia de irregularidades em licitação do projeto do Rio São Francisco*

Brasília - O ministro da Integração Nacional, *Ciro Gomes*, negou hoje (13), por meio de nota oficial, denúncia do *Jornal do Brasil* sobre interferência em licitação do projeto de integração do Rio São Francisco. De acordo com a reportagem, publicada nesta segunda-feira, o deputado *Nelson Marquezelli* (PTB-SP) relatou há uma semana, num almoço com vários parlamentares e pelo menos um empresário, que *Ciro* foi procurado em 2004 pelo presidente do PTB, o deputado *Roberto Jefferson* (RJ), que "queria emplacar a empresa de consultoria *CNEC Engenharia*, uma subsidiária da *Camargo Corrêa*, no projeto".

Ainda conforme a reportagem, em relato atribuído a *Marquezelli*, o ministro da Integração teria aberto uma brecha para atender o pedido de *Jefferson*. E citado um acordo prévio com as empreiteiras *OAS* e *Odebrecht* e o ministro-chefe da Casa Civil, *José Dirceu*, mas que poderia ser desfeito com a anuência deste. *Jefferson* teria conseguido, então, que *Dirceu* autorizasse a supressão de uma norma interna do ministério, possibilitando a participação da *CNEC* na concorrência.

Em sua nota de defesa, *Ciro Gomes* qualifica a matéria como "completamente sem fundamento, a tal ponto que levanta clara suspeita de que tenha sido providenciada com fins espúrios". Garante que "jamais, em qualquer tempo, o deputado *Roberto*

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Jefferson procurou-me, no Ministério da Integração Nacional ou fora dele (...) para interceder por qualquer empresa em processos licitatórios". Ciro nega também ter afirmado "que qualquer ingerência no processo licitatório do Projeto São Francisco dependeria do ministro da Casa Civil, José Dirceu" e ter dito que já existiria um acerto para que duas empresas vencessem a licitação.

O ministro acrescenta que "até esta data, 111 empresas já adquiriram o edital" e que todos os procedimentos licitatórios do projeto têm sido submetidos ao Tribunal de Contas da União. Por fim, exige um "cabal desmentido" do jornal e anuncia que, se isso não acontecer, entrará na Justiça pedindo reparação por calúnia.

Segue, na íntegra, a nota divulgada pelo ministério, encaminhada como carta ao jornal:

Brasília (DF), 13 de junho de 2005

Ao Senhor

Jornalista J. A. do Nascimento Brito

Presidente do Conselho Editorial do Jornal do Brasil

Rio de Janeiro (RJ)

Caro José Antonio,

1. Escrevo-lhe para repudiar que o Jornal do Brasil, de tantas tradições, tenha publicado, em sua edição de hoje, sob o título Transposição do Rio São Francisco, um projeto sob suspeita, reportagem completamente sem fundamento, a tal ponto que levanta clara suspeita de que tenha sido providenciada com fins espúrios. Eu não tenho dúvida disto;

2. Jamais, em qualquer tempo, o deputado Roberto Jefferson procurou-me, no Ministério da Integração Nacional ou fora dele,

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



como diz o JB, para interceder por qualquer empresa em processos licitatórios desta Pasta. Jamais afirmei ao deputado Roberto Jefferson, ou a quem quer que seja, que qualquer ingerência no processo licitatório do Projeto São Francisco dependeria do ministro da Casa Civil, José Dirceu, como afirma o autor da leviana reportagem. E jamais afirmei o absurdo citado na mesma descabida matéria de que já existiria um acerto para que duas empresas vençam a licitação referente à execução das obras físicas do Projeto São Francisco. Portanto, o que publica o JB é absolutamente falso sob todos os pontos de vista;

3. Nenhuma das pessoas citadas na reportagem - que, incrivelmente, não tem uma só fonte informativa que a sustente - confirma o que nela está escrito. Pelo contrário, todas dementem, categoricamente, o que inventou a diabólica mente do repórter Sérgio Pardellas. Constata-se, assim, que não se registrou qualquer um dos fatos aos quais a matéria se refere;

4. O processo de licitação para a escolha das empresas ou dos consórcios de empresas que executarão as obras físicas de implantação do Projeto São Francisco ainda está em curso e obediente aos rigores da legislação. A entrega das propostas das empresas interessadas está marcada para o próximo dia 14 de julho. Até esta data, 111 empresas já adquiriram o edital;

5. Para conhecimento dos leitores do JB, informo que, por minha própria iniciativa, todos os procedimentos licitatórios, de todas as etapas do Projeto São Francisco, inclusive o da execução de suas obras físicas, têm sido submetidos à análise técnica do Tribunal de Contas da União (TCU);

6. Espero, como é do meu direito e da melhor tradição do Jornal do Brasil, que um cabal desmentido do JB seja publicado com o

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



mesmo destaque na edição de amanhã. Se isto não for feito, não me restará outra alternativa que não a de buscar na Justiça reparo para esta repugnante calúnia incrivelmente abrigada pelo Jornal do Brasil.

Atenciosamente,
Ciro Gomes
Ministro da Integração Nacional
13/06/2005

Ciro: obras no São Francisco começam em julho. Discussão, pelos próximos dois anos

Alana Gandra

Rio – Ainda este mês, serão publicados os editais de licitação do projeto de transposição do rio São Francisco, batizado de Integração das Bacias do São Francisco com os Rios do Nordeste Setentrional. A notícia foi dada hoje pelo ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, durante o XVII Fórum Nacional. As obras deverão começar em julho próximo, anunciou.

Mas garantiu que irá discutir com a sociedade, durante os próximos dois anos, o projeto de transposição do São Francisco. "Deve beneficia 12 milhões de brasileiros que estão no Nordeste e que têm a falta de água como uma das razões da miséria", afirmou o ministro.

Ciro Gomes informou que o projeto está pronto, com licenciamento ambiental. Afirmou que "apenas 1,5% da água que o rio põe no mar é suficiente para dar segurança hídrica a esses 12 milhões de brasileiros". 11/05/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Piauí deve ter plantação de florestas em 2% do estado

Graziela Sant'anna

Brasília - A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Ministério da Integração Nacional, e o governo do Piauí apresentaram nesta semana o Programa de Desenvolvimento Florestal do Vale do Parnaíba para representantes do Banco Mundial e para o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

O Projeto pretende levar o crescimento econômico para o estado com a plantação de florestas em cerca de 2% do Piauí. Três regiões foram pré-selecionadas para a implantação do projeto, Cocais, Teresina e Uruçui. As madeiras retiradas devem ser usadas para fabricar celulose, aplainados e compensados.

Segundo o presidente da Codevasf, Luis Carlos Everton de Farias, a expectativa é que o Programa de Desenvolvimento Florestal do Vale do Parnaíba seja implantado ainda esse ano. "Já vamos começar a implementá-lo, por isso mesmo estamos em articulação com o programa nacional de florestas e com o Banco Mundial, para que possamos ter a implementação, começar pelo menos a constituição dos marcos legais, a estruturação do programa esse ano".

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, diz que projetos como esse vão ao encontro do trabalho do ministério de tentar erguer no país uma política de desenvolvimento regional.

O projeto terá também como parceiras empresas privadas que ajudarão na comercialização da madeira junto ao pequeno produtor. 07/05/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Prefeito de Aracaju diz que revitalização do rio São Francisco deve vir antes da transposição

Irene Lôbo

Brasília – O prefeito reeleito de Aracaju (SE), Marcelo Déda (PT), defendeu que a revitalização do rio São Francisco deve ser feita antes do processo de interligação das bacias. Déda cobrou a apresentação de uma meta e um cronograma de intervenções de revitalização e um debate mais "desapaixonado" sobre o tema.

"Minha posição tem sido de apoiar a revitalização como medida prioritária e abrir uma discussão a respeito do processo de interligação de bacias que envolva todos os governadores e todas as autoridades da região, de modo que nós possamos ter uma discussão mais desapaixonada, nem a negativa definitiva de qualquer espécie de cooperação com o nordeste setentrional, nem também uma transposição a todo custo", disse o prefeito.

O projeto de transposição do rio São Francisco foi debatido nesta quarta-feira (4) durante audiência pública na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. A necessidade de revitalização da bacia do São Francisco foi uma das condições apresentadas por ambientalistas e pelo próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco para a aprovação do projeto. Ambos querem a recuperação da vegetação ciliar e dos solos da bacia antes do início do projeto de transposição.

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou que a revitalização da bacia já começou. "Temos R\$ 621 milhões contratados em saneamento, um processo de recuperação do rio das Velhas, em Minas Gerais, que de toda a bacia é o rio

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



mais degradado, e os primeiros canteiros de mudas para reposição de matas ciliares que foram totalmente destruídas já estão em execução".

Ciro afirmou, no entanto, que a transposição não poderá ser feita após a revitalização, processo que poderá demorar até 20 anos para ser completado. "Colocar a revitalização antes da transposição é um ato de malícia. A água está faltando é hoje". Segundo ele, serão investidos R\$ 4,5 bilhões apenas na revitalização, em projetos que incluem o saneamento básico nas cidades ribeirinhas e a recuperação das matas ciliares e dos rios afluentes. 04/05/2005

Edital de licitação para obras do rio São Francisco será publicado na próxima semana

Irene Lôbo

Brasília - O Ministério da Integração Nacional publica na próxima terça-feira (10) o edital de licitação destinado a escolher as empresas que vão realizar as obras de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (4) pelo assessor especial do ministro da Integração Nacional, Egydio Serpa. Na última sexta-feira, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu licença prévia para a realização do projeto.

Inicialmente serão licitados 14 lotes da obra, cujo valor total está orçado em R\$ 4,5 bilhões. Cada consórcio de empresas construtoras poderá executar até dois lotes. Hoje, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, apresentou detalhes do projeto durante audiência pública na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Deputados.

O ministro afirmou que o projeto de integração do rio São Francisco é o mais seguro entre todas as experiências mundiais estudadas pelo governo. "O projeto chegou a um ponto de equilíbrio de estudo delicado, cuidadoso, austero e respeitoso de todas as críticas bem intencionadas. É categoricamente possível afirmar que o projeto é o mais seguro projeto de integração de bacias e transposição de águas de todas as experiências mundiais".

Segundo ele, aproximadamente 12 milhões de pessoas poderão ser beneficiadas com a transposição das águas do Velho Chico. O atual projeto, aprovado por unanimidade pelo Comitê de Bacia do Rio São Francisco, prevê a captação de $26\text{m}^3/\text{s}$ (aproximadamente 1% da capacidade de vazão do rio), mais um excedente médio de $63\text{m}^3/\text{s}$ sempre que a barragem de Sobradinho estiver cheia.

A água será captada em dois pontos: após a barragem de Sobradinho, na divisa entre a Bahia e Pernambuco, e no lago de Itaparica, localizado na mesma divisa. Para distribuir a água, serão construídos dois canais, um na direção norte, que levará água para o Ceará e o Rio Grande do Norte, e outro na direção leste, que abastecerá os estados de Pernambuco e Paraíba. Os dois canais possuem 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e cinco metros de profundidade, além de um sistema de bombeamento de água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso.

De acordo com um relatório elaborado pelo ministério, estima-se que cerca de 17,5 milhões de nordestinos vivem com 500 metros cúbicos de água por ano. O valor representa um terço do mínimo recomendado pela Organização das Nações Unidas

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



(ONU), que é de 1.500 metros cúbicos por habitante ao ano. "A transposição dará segurança hídrica para 45% da população do Nordeste", disse o ministro. 04/05/2005

ACM critica projeto de transposição do São Francisco na OAB

Alessandra Bastos

Brasília - Durante audiência pública que debate o projeto de transposição do Rio São Francisco na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) se posicionou contra o projeto do governo federal. "Discordo do ministro Ciro Gomes, porque se o rio fosse revitalizado, no futuro longínquo, poderia se pensar na transposição. Mas não agora, que seria danoso". Segundo a oposição, não há um projeto eficiente de revitalização do rio, apenas um projeto de transposição.

O senador disse ainda que "o governo gasta dinheiro para convencer o cidadão que o projeto é positivo, o governo apela com emocionalismo (sic), quando se espera racionalidade".

O conselho nacional da OAB vota ainda hoje se irá apoiar ou não o projeto de transposição proposto pelo governo.

Também participam da audiência o governador de Sergipe, João Alves, e o senador Almeida Lima (PDT-SE), além de vários deputados da região. AD 02/05/2005

Ministro rebate críticas e diz que projeto do São Francisco será realizado

Alessandra Bastos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, rebateu as críticas de falta de diálogo feitas durante debate na sede Ordem dos Advogados do Brasil sobre o projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste.. Segundo ele, "desde o primeiro dia de governo o projeto tem sido debatido e sofreu alterações diante das críticas recebidas".

Ciro Gomes explicou que o Relatório de Impacto Ambiental "foi refeito e foram pedidas sugestões a todos os governos estaduais, mas nenhum respondeu". E ressaltou que "esse projeto vai acontecer, nós esperamos que ele aconteça como elemento de unidade nacional, não queremos que aconteça contra ninguém. Por ser um nordestino, o senador Antonio Carlos Magalhães vai apoiar o projeto". Para o ministro, dizer que o projeto é para reeleger o presidente Lula "é uma aberração, porque o Lula é um homem que conhece na pele o drama da falta d'água".

Na última sexta-feira (29/4), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apresentou documento com 52 exigências para que a licença ambiental seja expedida. De acordo com um dos coordenadores técnicos do projeto, Rômulo Machado, do Ministério da Integração, até junho o governo cumprirá as exigências e, em julho, começarão as obras.

Está prevista a construção de dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade. Um sistema de bombeamento da água vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. 02/05/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Ibama concede licença prévia para o projeto de integração do Rio São Francisco

Aloisio Milani e Iolando Lourenço

Brasília – O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a licença prévia para o projeto de integração do Rio São Francisco. A autorização condiciona o início das obras à apresentação de uma série de requisitos – a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, um parecer de sustentabilidade da obras e uma avaliação sobre a qualidade da água dos futuros reservatórios, ambos emitidos da Agência Nacional de Águas. Além de outras exigências, está também a adoção de medidas de proteção da fauna e flora da região por onde passarão os canais previstos no projeto.

O projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do sertão nordestino prevê a transferência de águas para abastecer rios e açudes da região Nordeste que possuem pouca água durante os períodos de seca. A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso.

O projeto pretende captar 1% do que o rio despeja no mar, para abastecer as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE). O empreendimento prevê a construção de dois canais – o Leste levará água para Pernambuco e Paraíba, e o Norte, já denominado de Celso Furtado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atenderá aos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As captações serão feitas em dois pontos: em

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Cabrobó (PE) e no lago da barragem de Itaparica, ambos abaixo da barragem de Sobradinho.

De acordo com o Ibama, foi realizada em março uma última vistoria nos dois eixos para a produção de um parecer técnico final. "O parecer enfatiza que o sucesso do projeto está diretamente ligado à capacidade de gestão da água disponibilizada a cada estado e aponta a necessidade de manutenção da vazão média da área de 1.300 metros cúbicos por segundo na foz do Rio São Francisco", registra nota do órgão divulgada na sexta-feira (29).

As exigências previstas pelo Ibama para o início das obras do projeto são:

- apresentação da outorga de direitos de usos de recursos hídricos;
- certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra;
- prognósticos da qualidade da água nos futuros reservatórios;
- mapeamento e zoneamento da área de 2,5 Km nas margens dos canais, declarada de utilidade pública e de interesse social pelo decreto federal de 19 de maio de 2004, indicando as áreas apropriadas para reassentamento e reforma agrária;
- detalhamento da proposta de construção de passagens de pedestres e veículos ao longo dos canais;
- detalhamento dos programas propostos no estudo de impacto ambiental e de programas sugeridos pelo Ibama, tais como: monitoramento do sistema adutor, cadastramento de fontes hídricas subterrâneas, apoio ao saneamento básico, redução de perdas no sistema de abastecimento público da água, relocação de infra-estrutura, segurança e alerta de mudança da vazão dos canais, monitoramento da cunha salina na foz do rio, além de várias medidas que visam a proteção da fauna e flora da região.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



O Ministério da Integração Nacional já informou que o prazo de execução da obra é de 24 meses e que está pronto para fazer a licitação das obras. O processo licitatório vai escolher os empreendedores que irão executar simultaneamente os 14 lotes.

O governo federal garante que mais de nove milhões de pessoas serão beneficiadas pelo projeto, principalmente nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O custo total do projeto é de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. As obras são consideradas prioritárias para o governo no setor de infra-estrutura, tanto que o Orçamento Geral da União para 2005 reservou R\$ 1 bilhão para sua execução. 30/04/2005

Governo federal publica até quarta-feira edital de licitação para obras no Rio São Francisco

Iolando Lourenço

Brasília – O Ministério da Integração Nacional vai publicar até quarta-feira (04) o edital de licitação para a escolha das empresas que vão realizar as obras de integração do Rio São Francisco às bacias dos rios temporários do Nordeste Setentrional. O processo licitatório está previsto para ser realizado em 45 dias. A informação foi dada pelo assessor especial do Ministro da Integração Nacional, Egídio Serpa.

A publicação do edital será feita porque o ministério já conta com a licença prévia do Ibama, concedida na última sexta-feira. As obras no Nordeste Setentrional serão divididas em 14 lotes e cada consórcio de empresas construtoras só poderá ganhar o direito de execução de dois deles. "O Ministério da Integração Nacional estima que as obras serão iniciadas até o final do mês

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



de junho próximo e estarão concluídas em dois anos", disse o assessor.

Orçamento Geral da União para 2005 reservou R\$ 1 bilhão para sua execução. A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso.

O projeto vai captar 1% do que o rio despeja no mar, para abastecer as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE). O empreendimento prevê a construção de dois canais – o Leste levará água para Pernambuco e Paraíba, e o Norte, já denominado de Celso Furtado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atenderá aos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As captações serão feitas em dois pontos: em Cabrobó (PE) e no lago da barragem de Itaparica, ambos abaixo da barragem de Sobradinho.

O Ministério da Integração já realizou licitações para contratar a empresa que vai gerenciar o projeto, vencida pelo consórcio Logos-Concremat, e também para a compra das bombas dos canais de transposição do rio. A previsão para a fabricação das bombas a ser utilizadas ao longo dos dois canais é de um ano.

30/04/2005

Ibama considera válidas as audiências públicas sobre integração do Rio São Francisco

Aloisio Milani

Brasília – O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) considera válidas as audiências

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



públicas para discutir o impacto ambiental no projeto de integração do Rio São Francisco, mesmo que a maioria delas tenha sido suspensa após manifestações e protestos contrários às obras.

Na sexta-feira (29), o órgão concedeu ao Ministério da Integração Nacional a licença prévia para o projeto, mas que está condicionada a alguns termos que antecedem o início das obras dos dois canais com 700 quilômetros de extensão (leia Ibama concede licença para o projeto).

"No entendimento do Ibama, o princípio constitucional da publicidade foi cumprido, uma vez que as audiências foram marcadas com antecedência, os estudos de impacto ambiental foram divulgados antecipadamente e houve livre espaço e prazo para manifestações sobre a obra, até mesmo nas audiências não concluídas", diz nota divulgada do órgão.

Foram programadas audiência públicas em Fortaleza (CE), Natal (RN), Sousa (PB), Salgueiro (PE), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Aracaju (SE) e Maceió (AL). A audiência pública tinha como objetivo apresentar o projeto de integração às comunidades, fazendo com que elas possam ter adequada noção do que é o projeto e o que ele significa para a população do semi-árido. Apenas as quatro primeiras foram concluídas.

No dia 11 de abril, o Ibama organizou um novo evento que novamente foi suspenso por manifestações. Após o cancelamento, o Ibama afirmou que iria concluir o parecer, o que aconteceu na sexta-feira. 30/04/2005

OAB promove audiência pública sobre integração do rio São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - O projeto de integração do rio São Francisco e suas conseqüências é o tema da audiência pública que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promove hoje, a partir das 14 horas. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, o governador de Sergipe, João Alves Filho, e o chefe da assessoria técnica da Vice-Presidência da República, Francisco Jácome Sarmiento, participam dos debates. Também foi convidado o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA).

A reunião, na sede do Conselho Federal da OAB, em Brasília, será transmitida pela TV OAB. Os presidentes das seccionais de Alagoas, Marcos Bernardes Melo, e do Ceará, Hélio Leitão – que têm posições divergentes sobre a proposta – coordenarão os trabalhos.

O projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do sertão nordestino, concebido inicialmente em 1985, prevê a construção de dois canais com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade. Um sistema de bombeamento da água vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. O custo estimado da obra é R\$ 4,5 bilhões. Os estados mais beneficiados seriam a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. Com 2,8 mil quilômetros de extensão, o rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e deságua no Oceano Atlântico, entre Sergipe e Alagoas. 02/05/2005

OAB decide hoje se apóia projeto de integração do São Francisco

Alessandra Bastos

Brasília – O Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai decidir hoje (2) se apóia ou não o projeto de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



integração do rio São Francisco. Os membros do conselho que são contra o projeto apresentam dois argumentos. Segundo eles, não há um projeto de revitalização consistente a ser implementado antes da transposição e, além disso, a integração serviria mais aos empresários do que para o consumo sustentável da água.

"Faço um apelo para o governo recuar, o que não é vergonha nenhuma. Eu não conheço nenhum projeto de transposição no mundo que tenha levado menos de dez anos para ser feito", afirma o governador de Sergipe João Alves, que participa da reunião da OAB.

Também participam da audiência pública o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do sertão nordestino prevê a transferência de águas para abastecer rios e açudes da região Nordeste que possuem pouca água durante os períodos de seca. A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso.

Na última sexta-feira (29), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu ao Ministério da Integração Nacional a licença prévia para o projeto, mas a permissão está condicionada a alguns termos que antecedem o início das obras de dois canais com 700 quilômetros de extensão.

A autorização condiciona o início das obras à apresentação de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



uma outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, um parecer de sustentabilidade da obras e uma avaliação sobre a qualidade da água dos futuros reservatórios, ambos emitidos da Agência Nacional de Águas. Além de outras exigências, está também a adoção de medidas de proteção da fauna e flora da região por onde passarão os canais previstos no projeto. 02/05/2005

Ciro Gomes diz que edital para obras do São Francisco recebe últimas alterações

Irene Lobo

Brasília - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou que o edital para o início das obras do projeto de integração do rio São Francisco está recebendo as últimas alterações. Serão licitados 14 lotes da obra que deve ter um orçamento de R\$ 4,5 bilhões. O governo planeja abastecer a casa de 12 milhões de nordestinos até junho de 2007.

Segundo Ciro Gomes, o projeto de revitalização vai garantir o abastecimento de água para 45% da população do Nordeste. O ministro participa neste momento de uma audiência pública promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional na Câmara dos Deputados.

A publicação do edital será feita porque o ministério conta com a licença prévia do Ibama concedida no dia 28 de abril. As obras no Nordeste Setentrional serão divididas em 14 lotes e cada consórcio de empresas construtoras só poderá ganhar o direito de execução de dois deles. 04/05/2005

Conselho da OAB adia para junho decisão sobre apoio ao projeto do São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Alessandra Bastos

Brasília - O Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) adiou para junho a decisão sobre seu apoio ao Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste. Durante mais de cinco horas o projeto foi debatido em audiência pública e recebeu críticas de deputados, governadores e do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Na opinião do presidente da OAB, Roberto Busato, "parece que não há uma discórdia muito grande quanto à transposição de águas, mas uma divergência muito firme se há ou não água para a transposição". Antes de votar, a Ordem pretende preparar um relatório sobre a audiência.

Além do volume de água disponível, outros dois pontos contra o projeto foram apresentados no debate. O primeiro é a falta de uma proposta de revitalização consistente a ser implementada antes da transposição. "Se o rio fosse revitalizado, no futuro longínquo, poder-se-ia pensar na transposição. Mas não agora, que seria danoso", afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães. Já para José Carlos Machado (PFL-SE), presidente da Comissão Especial sobre a Transposição da Câmara dos Deputados, "esse governo tem compromisso com a transposição, para a revitalização ele não dá importância nenhuma".

O segundo ponto é o fato de que a integração serviria mais aos empresários do que para o consumo sustentável da água. "Grande parte da água que se pretende transpor é para uso econômico", apontou o deputado, enquanto o senador argumentava que a proposta "vai beneficiar produtores de camarão e alguns projetos de irrigação - e o governo fala na

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



televisão que a água é para todos". Para o deputado Heleno Silva (PL-SE), "se o projeto é para se levar água para o ser humano e animais, tudo bem. Mas o projeto está voltado para a produção e para o lado econômico".

Um dos coordenadores técnicos do Projeto no Ministério da Integração, Rômulo Machado, informou que R\$ 200 milhões estão sendo investidos na revitalização do São Francisco: "Já está mais que comprovado que o rio tem capacidade de fornecer essa água. A revitalização e a transposição são projetos complementares e não excludentes. A revitalização já começou com ações de saneamento e reflorestamento". Para o coordenador, 80% da água utilizável na Bacia do São Francisco são para uso econômico, "porque as pessoas não podem viver sem uma atividade econômica".

Durante o debate, o senador Antonio Carlos Magalhães acusou o governo de usar o Projeto para fins políticos: "Não há dúvidas de que a decisão do presidente Lula é política. Ele acha que é um ponto forte para se utilizar na sua campanha". E o governador de Sergipe, João Alves Filho fez "um apelo para o governo recuar, o que não é vergonha nenhuma. Eu não conheço nenhum projeto de transposição no mundo que tenha levado menos de dez anos para ser feito". O deputado José Carlos Machado avisou que "já existem propostas para, se for preciso, obstruir no Congresso Nacional a votação, no final do ano, da Lei Orçamentária". 02/05/2005

Campanha para conhecer o São Francisco começa em Minas Gerais

Brasília - A destinação das águas do Rio São Francisco, a quantidade retirada e como é utilizada e quem são os usuários serão agora conhecidos com o cadastramento que está sendo

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



realizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), juntamente com órgãos estaduais de recursos hídricos e com o apoio do Ministério da Integração Nacional, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e dos comitês de bacia.

A campanha Você já conhece o Velho Chico - Agora ele quer conhecer você - foi iniciada no início desta semana (14) em Pernambuco, na região do Pontal, no trecho das barragens de perenização; em Graças, na região do açude Saco II até a foz; em Pajeú, na área de influência dos açudes Barra do Juá, Serrinha e Jazigo; em Brígida, na área de influência do açude de Entremontes até a foz e em Moxotó. Em Minas Gerais, o processo será iniciado nesta quarta-feira (16) pelas bacias dos rios Paraopeba e Paracatu.

A população dessas regiões vai preencher um formulário, com a ajuda de um pesquisador credenciado, sobre a forma como utiliza a água, a quantidade e o ponto de captação, que poderá estar nas margens de um rio, açude ou poço. As informações servirão de base para que municípios, estados e comitês de bacia planejem o desenvolvimento sustentável da bacia do São Francisco. Todas as informações serão armazenadas e ficarão disponíveis para a sociedade em um banco de dados nacional.
16/03/2005

Índios dizem a ministro que querem revitalização da bacia do Rio São Francisco

Bianca Estrella

Brasília - Índios das etnias Truká e Tumbalalá disseram hoje ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que o que mais desejam do governo é a revitalização da bacia do Rio São

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Francisco. Segundo o representante Truká, Mozeni Araújo, os índios querem "revitalizar a bacia com um projeto de drenagem da mata ciliar, reflorestamento dos mananciais, revitalização dos 'rios mortos' e saneamento ao longo de cerca de 266 cidades que jogam seus dejetos no rio".

A representante da etnia Tumbalalá, Maria José Marinheiro, os índios de sua aldeia, no município baiano de Curaçá, e os Truká da região de Cabrobó, em Pernambuco, são contra a integração do rio, mas favoráveis a uma revitalização imediata. "Estamos vendo que o projeto de revitalização vai acontecer, mas poucas pessoas foram consultadas e um impacto ambiental como esse tem que ter uma discussão bem ampla", ressaltou Maria José Marinheiro. Para Mozeni Araújo, a revitalização é o outro lado da moeda do projeto de integração: "Sem uma revitalização, o projeto compromete a vida do rio."

Para os indígenas, que decidiram formar uma comissão com quatro representantes para acompanhar a discussão do projeto, podem ocorrer na região impactos como a diminuição do volume de águas; assoreamento do rio; extinção de espécies de peixes, árvores e aves, além de impactos sociais. Mozeni explica que hoje os índios da região Nordeste já sofrem com os impactos resultantes da criação das hidrelétricas de Paulo Afonso e Sobradinho. "Os lagos formados por essa obra fizeram com que muitas espécies de peixes desaparecessem. Quem vivia da pesca hoje não vive mais, porque algumas espécies não existem mais", lembrou o representante Truká.

A maior polêmica entre índios e representantes do governo, segundo Mozeni Araújo, é sobre a compreensão de que "o rio é como uma vida que deve ser zelada e preservada".

O relatório apresentado pelo Ministério da Integração Nacional

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



já aponta alguns impactos ambientais nas comunidades indígenas por onde passarão os canais previstos no projeto para o São Francisco. E prepara medidas como um programa de apoio às comunidades indígenas; ações de compensação para suprir carências reais desses grupos diante da nova situação que se configurará; divulgação intensiva de programas de saúde, com ênfase para doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis (DST); orientação a técnicos e demais trabalhadores das obras sobre os cuidados a serem tomados quando tiverem contato com as comunidades indígenas; melhoria na sinalização das terras indígenas, para evitar a entrada de pessoas estranhas; e criação de formas de comunicação direta entre os líderes das comunidades e o empreendedor. 12/04/2005

Lideranças indígenas discutem impacto do projeto de integração do Rio São Francisco

Bianca Estrella

Brasília – Lideranças indígenas Truká e Tumbalalá apresentam hoje (12) reivindicações ao governo federal sobre suas necessidades diante do projeto de integração do Rio São Francisco. Os Truká vivem na região de Cabrobó, em Pernambuco, e as aldeias dos Tumbalalá ficam em terras do município baiano de Curaçá.

O relatório de impacto ambiental apresentado pelo Ministério da Integração Nacional já prevê, em caráter preliminar, alguns impactos nas comunidades indígenas por onde passarão os canais. "A Terra Indígena Truká ocupa, atualmente, toda a extensão da Ilha da Assunção, próximo à captação do Eixo Norte", cita o relatório.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e 5 metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. O projeto está em sua fase final de aprovação, restando apenas o relatório do Ibama para o início do processo de licitação das obras.

Entre as medidas já previstas pelo relatório estão: um programa de apoio às comunidades indígenas vai procurar minimizar possíveis incômodos causados pelas obras; ações de compensação também deverão suprir carências reais desses grupos diante da nova situação que se configurará; divulgar intensivamente programas de saúde, com ênfase especial para doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis (DST); orientar os técnicos e demais trabalhadores das obras sobre os cuidados que deverão ser tomados quando tiverem contato com as comunidades indígenas; melhorar a sinalização das Terras Indígenas, de modo a evitar a entrada de pessoas estranhas; e criar formas de comunicação direta entre os líderes das comunidades e o empreendedor.

Em janeiro passado, o Ibama marcou uma reunião extra, paralela às audiências públicas que estava sendo realizadas, para esclarecer pontos do projeto para as lideranças. No dia 17 de março, também foi marcada uma reunião com um representante do Ministério da Integração, porém o encontro não aconteceu. 12/04/2005

Ibama deve terminar parecer sobre obras no São Francisco até final do mês

Keite Camacho

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) espera ter um parecer sobre a viabilidade das obras do projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional até o fim deste mês. Conforme a assessoria de imprensa do órgão informou, caso seja favorável, haverá a emissão de licença prévia para início das construções. A rodada de audiências públicas sobre o projeto foi encerrada ontem.

Ao todo, oito audiências foram previstas, sendo que apenas quatro foram realizadas (em Fortaleza, Natal, Campina Grande (PB) e Salgueiro(PE)). As outras quatro tiveram início, mas foram interrompidas por protestos (Belo Horizonte, Aracaju, Salvador, e Alagoas). Uma audiência extra nesta segunda-feira (11), a nona e a última, em Montes Claros (MG), também foi interrompida. De acordo com o Ibama, seria uma oportunidade de mostrar e discutir o projeto com a sociedade e foi obedecido o princípio da publicidade da administração pública.

Em Minas Gerais, esta foi a segunda audiência do projeto interrompida. Em janeiro, a primeira audiência, em Belo Horizonte, foi impedida por manifestantes alegando que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não previa impactos negativos ou positivos em Minas Gerais. De acordo com Paulo Guedes, coordenador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS/MG), outro motivo teria sido a dificuldade de acesso da população ribeirinha à capital.

"Não deixaram acontecer em Belo Horizonte com o argumento de que teria que ser em uma cidade ribeirinha. Por isso, foi marcada novamente para a região de Montes Claros, que faz parte do Vale do São Francisco. Com apitos e gritos de ordem, os manifestantes invadiram o plenário e não deixaram que a

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



audiência acontecesse. Pessoas do norte de Minas Gerais, que vieram das cidades ribeirinhas, os barranqueiros de verdade, não puderam participar da audiência pública porque não deixaram acontecer", disse.

Guedes considerou a manifestação como um movimento político. "Foram contra sem querer discutir e sem deixar que a sociedade participasse da audiência para saber realmente a importância do projeto. É um projeto que vai atender a 12 milhões de pessoas do nordeste. Eu, que nasci nas barragens do São Francisco e conheço a realidade, por exemplo, do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, do Mucuri, sei o que é a falta de água. O projeto vai tirar apenas 1% da água para transpor o rio", acrescentou.

Para Ramon Risério, diretor executivo do Instituto Grande Sertão, de Montes Claros, falta transparência ao processo. "As pessoas estão questionando a forma como está sendo feita a transposição, um desrespeito às decisões feitas pelos comitês de bacia. O que a gente está sentindo é que falta transparência dentro do processo. Parece que tem uma pressa em ser realizado o processo de transposição. É uma coisa que vai afetar muitas vidas e um rio do porte do Rio São Francisco deveria ter negociação com a sociedade civil organizada e com a população ribeirinha", considerou.

Ramon defendeu que o projeto deveria ser passado com clareza para a sociedade. "O governo podia estar passando de forma mais clara, talvez até mais resumida o projeto. A gente teria que entender o resumo para entrar nos detalhes. Tenho um sentimento de impotência, que a coisa está acontecendo e você não entende e não consegue interferir. Há muitas questões a serem levantadas. Vai usar 1% da água do rio, mas há outras

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



questões de outorga, de quantidade de outorga que já existe e que não são colocadas ao público em geral", disse.

O Projeto pretende captar 1% do que o rio despeja no mar, para abastecer as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN), Piranhas-Açu (PB e RN), Paraíba (PB), Moxotó (PE) e Brígida (PE). O empreendimento prevê a construção de dois canais – o Leste levará água para Pernambuco e Paraíba, e o Norte, já denominado de Celso Furtado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atenderá aos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As captações serão feitas em dois pontos: em Cabrobó (PE) e no lago da barragem de Itaparica, ambos abaixo da barragem de Sobradinho. AD 12/04/2005

Manifestação em MG interrompe audiência pública do projeto de integração do São Francisco

Brasília - A realização de audiência pública em Montes Claros (MG) sobre a integração do Rio São Francisco, na noite deste segunda-feira, foi impedida por um grupo de manifestantes. Segundo a assessoria de Imprensa do Ministério da Integração Nacional, o encontro promovido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi interrompido logo no início.

A integração tem como objetivo levar água para 12 milhões de brasileiros que vivem no semi-árido. Para o coordenador-geral do Projeto São Francisco, Pedro Brito, "uma audiência pública é uma forma de mostrar o projeto para a sociedade, que perde quando uma minoria acha que tem o direito de interromper o debate."

O projeto prevê a construção de dois canais – o Leste levará água para Pernambuco e Paraíba, e o Norte, já denominado de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Celso Furtado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atenderá aos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. As captações serão feitas em dois pontos: em Cabrobó e no lago da barragem de Itaparica, ambos abaixo da barragem de Sobradinho. 11/04/2005

Ibama realiza audiência pública sobre Projeto de Integração do São Francisco em MG

Bianca Estrella

Brasília - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), realiza hoje (11), às 18h30, uma audiência pública extra na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, para discutir com a comunidade o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O estado de Minas Gerais foi o único que solicitou, em tempo hábil, a reunião para a discussão do projeto.

O encontro, que deve reunir cerca de 800 pessoas, vai ouvir as preocupações e críticas ao projeto de integração das águas, fazendo com que a comunidade possa saber o que a transposição significa para a população do semi-árido. Segundo o Diretor de Licenciamento, Nilvo Silva, a audiência é mais um esforço do Ibama em tentar discutir o projeto.

A obra terá dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e cinco metros de profundidade, e um sistema de bombeamento da água que vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. O projeto está em fase final de aprovação, faltando apenas o relatório de impacto ambiental do Ibama para o início do processo de licitação das obras. AD 11/04/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Projeto de integração do São Francisco ainda depende da conclusão das 11 audiências públicas **21:15**

Érica Sato

São Paulo - O início do programa de Integração do Rio São Francisco com outras bacias hidrográficas do Nordeste depende da autorização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). E esta depende do término das 11 audiências públicas. Por isso, não há um prazo definido para começar o projeto, informou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Nesta quarta-feira, o Ibama remarcou a última audiência para o próximo dia 11 de abril, no município de Montes Claros (MG).

Pedro Brito, coordenador do projeto e chefe de gabinete do ministro, havia anunciado na última terça-feira que até 15 de abril o Ibama deverá dar seu parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, mas, segundo Ciro Gomes, esse prazo deve ser entendido como uma estimativa apenas.

Na tarde desta quarta-feira, o ministro apresentou o projeto aos membros da Comissão Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na sede da central. Após a apresentação, comentou a situação atual do projeto e citou os dois principais entraves. O primeiro é a realização de 11 audiências públicas, para debates entre representantes do governo com entidades civis, que o Ibama decidiu convocar como requisito prévio à sua autorização para o programa.

Já foram realizadas quatro dessas audiências, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Mas segundo Ciro Gomes, uma audiência iniciada em Minas Gerais

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



foi suspensa por questões de segurança, após uma invasão de manifestantes contrários ao projeto e uma nova audiência será realizada em Montes Claros.

Só após o parecer do Ibama poderão ser iniciados os processos de licitação para as obras, que seguem um ritual de etapas e prazos. "O prazo de execução da obra, como ela é muito simples do ponto de vista da engenharia, é de 24 meses. Mas nós não podemos anunciar a data porque o Ibama é autônomo para licenciar ou não a obra. Nós estamos prontos, uma vez licenciados pelo Ibama, para fazer a licitação das obras. Vamos estimar aí mais uns 90 dias no processo de concorrência pública, para eleição dos empreendedores que irão executar os 14 lotes a serem atacados simultaneamente", concluiu o ministro. 30/03/2005

Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)